



valores em €	31-Dez	%
EUA Spot 2ª Fase	15,36	-0,19%
Fut 2008	Contracto expirou	
Fut 2009	15,90	1,67%
Fut 2010	16,46	1,18%
Fut 2011	17,08	2,16%
Fut 2012	17,95	-3,03%
CERs Spot	13,53	-2,73%

	31-Dez	%
UK Gas (NBP p/ th)	58,70	-0,88%
Carvão (API2 USD/t)	81,50	-9,44%
Brent (USD/ barrel)	44,59	-16,64%
Crude (USD/ barrel)	44,60	-18,06%

Mensagem de Ano Novo

A Ecoprogresso deseja um 2009 pleno de sucessos, tanto profissionais como pessoais.

2009 não se avizinha fácil. Contudo, o mercado do carbono e da energia apresenta um conjunto de oportunidades atractivas. É neste sentido que a Ecoprogresso se posiciona, oferecendo um leque de serviços pautados pelo rigor, qualidade e excelência. É nisso que estamos empenhados: em trabalhar convosco para que 2009 seja um ano cheio de energia renovada.

Ricardo Moita
CEO

Mercados de CO₂

Depois de ter atingido um máximo de dois anos durante o último Verão, o mercado de licenças de carbono fechou o ano em forte pressão vendedora com as licenças a valerem pouco mais de €15. A crise nos mercados de crédito acabou por precipitar um cenário de recessão mundial já em 2009. A produção industrial já está em terreno negativo, e consequentemente, as emissões para 2008 e 2009 irão ser com certeza menores do que os mercados antecipavam. Muitos industriais, legitimamente, venderam licenças para fazer face aos seus compromissos financeiros imediatos. A forte queda do preço do petróleo e do gás natural, altamente correlacionados com o preço da tonelada de carbono, veio também contribuir para o *selloff* neste mercado. Neste cenário de incerteza, os principais analistas têm vindo a rever em baixo os seus preços alvos para as EUAs em 2009, chegando-se a uma média de €17,5, cerca de 16% acima dos actuais preços.

Francisco Rosado
frosado@ecoprogresso.pt
Director

O que foram os Ministros do Ambiente de 170 países fazer a Poznan?

A 14.ª Conferência das Partes (COP14) da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (CQNUAC) teve lugar no passado mês de Dezembro em Poznan, na Polónia. A COP terminou a 13 de Dezembro com um claro compromisso dos governos para um total empenho nas negociações de Clima durante 2009. Nestas, o objectivo será definir uma resposta internacional ambiciosa e eficaz para fazer face às Alterações Climáticas, para o período compreendido entre 2013 e 2020. A proposta será discutida pela primeira vez no decorrer da reunião de Junho, em Bona, pretendendo-se que a decisão seja acordada em Copenhaga, em Dezembro. (continua na pág. 2)

O que foram os Ministros do Ambiente de 170 países fazer a Poznan?

Dando continuidade à colaboração que já decorre deste 1999, a Ecoprogresso fez parte da equipa de negociação de Clima da Delegação Nacional.

A base para o acordo que se pretende alcançar foi definida na COP13, em Bali, durante a qual vigorou a Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia. Desta reunião resultou o compromisso das Partes de se envolverem na definição de um regime futuro de clima, através de uma cooperação no longo-prazo, que é referido como o *Plano de Acção de Bali*, que considera cinco componentes principais:

1. visão conjunta para a acção, incluindo uma meta global para a redução de emissões de Gases com Efeito de Estufa (GEE), de acordo com os princípios da CQNUAC, particularmente o de responsabilidades comuns mas diferenciadas e as respectivas capacidades, tendo em conta as condições sociais e económicas;
 2. maior acção nacional/internacional na mitigação às Alterações Climáticas;
 3. maior acção nacional/internacional na adaptação aos impactes das Alterações Climáticas;
 4. maior acção no desenvolvimento e transferência de tecnologia para mitigação e adaptação;
 5. maior acção na provisão de recursos financeiros para suportar a mitigação, adaptação e a cooperação tecnológica
- (http://unfccc.int/resource/docs/2007/cop13/eng/06_a01.pdf#page=3).

A COP de Poznan foi classificada como uma reunião de progresso, na qual foram discutidos assuntos com vista à preparação das negociações de 2009. O Secretário Executivo de CQNUAC deu início à COP assinalando o papel crucial do financiamento para a persecução de um acordo "o avanço nos compromissos dos países industrializados está intimamente relacionado com o envolvimento dos países em desenvolvimento". A COP contou igualmente com a participação de Al Gore, que a par do Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas das Nações Unidas, foi laureado



em 2007 com o Prémio Nobel da Paz, pela sua contribuição na luta contra as Alterações Climáticas. Este fez uma intervenção na qual sobressaiu o sublinhar do empenho total da futura administração Norte Americana para o atingir de um acordo global para o pós-2012, assinalando a mudança face à anterior administração.

No âmbito das negociações, os assuntos que foram alvo de maior atenção foram o Fundo de Adaptação do Protocolo de Quioto, com o acesso directo dos Países em Desenvolvimento, adaptação, nomeadamente associada à redução e gestão do risco de catástrofes climáticas, a



necessidade do aumento dos recursos disponíveis para o apoio aos mesmos, tecnologia e a redução das emissões associadas à desflorestação e à degradação da floresta. Foi igualmente discutido o alargamento do *Share of Proceeds* aos outros mecanismos de flexibilidade do Protocolo de Quioto, para além do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo que é hoje alvo de uma taxa de 2% sobre o total das CERs para alimentar o Fundo de Adaptação, nomeadamente à Implementação Conjunta e ao Comércio Internacional de Licenças de Emissão, como meio de gerar mais recursos para apoiar os Países em Desenvolvimento, não tendo sido alcançada uma Decisão a este respeito.

Mais uma vez a União Europeia (UE) demonstrou a sua liderança. Paralelamente à COP, foi acordado o que é comumente designado o pacote Energia-Clima. Neste, a UE compromete-se a ver reduzidas, no mínimo e unilateralmente, as suas emissões de GEE e o seu consumo final de energia em 20%, bem como a aumentar para 20% o consumo de energia obtida a partir de Fontes de Energia Renovável. Para a persecução deste objectivo contribui um Comércio Europeu de Licenças de Emissão mais exigente, abrangendo 50% das emissões, e, pela primeira vez, uma limitação aos designados sectores difusos, como os transportes, agricultura ou resíduos. Temos então um ano bastante exigente e, simultaneamente, desafiante, pela nossa frente até Copenhaga! Questões como a definição da meta global, com uma maior contribuição dos países desenvolvidos que já assumiram compromissos e com a potencial entrada de novos, como os EUA, a definição do esforço dos países em desenvolvimento, o pacote financeiro e o modo de gerar recursos para o alimentar, entre outros, criaram a agenda mais exigente de sempre!

Inês Mourão
imourao@ecoprogresso.pt
 Consultora

Conhecidos os Resultados do Índice de Responsabilidade Climática Empresarial da Euronatura

A Euronatura – Centro para o Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentado publicou em Dezembro, pelo 4º ano consecutivo o Índice ACGE: Alterações Climáticas e Gestão de Empresas, que visa “avaliar o tecido empresarial português no que diz respeito à sua responsabilidade climática.”

De acordo com a organização, “o índice constitui uma ferramenta de gestão empresarial, que permite a confrontação dos resultados da política de gestão com a dos seus concorrentes directos no mercado. Assim, com o auxílio do Índice ACGE, as empresas podem agir em conformidade com os resultados obtidos, tornando-se cada vez mais competitivas e melhorando o seu desempenho ambiental, dispondo de um instrumento de sensibilização e informação de excelência.”

A Ecoprogresso congratula-se pelo facto das empresas com as quais colaboramos, incluídas neste estudo, apresentarem óptimos desempenhos, com especial destaque para a **Sonae Sierra** que alcançou o primeiro lugar em todas as edições do Índice.

Gonçalo Cavalheiro

gcavalheiro@ecoprogresso.pt

Director-Técnico

As energias renováveis encontram-se hoje aprisionadas no triângulo financiamento-economia-petróleo

A crise financeira ou crise de liquidez faz com que os bancos sejam mais restritivos na hora de atribuir crédito. Hoje em dia os bancos, para todos os créditos que concedem, desde a habitação até ao *corporate finance* aperceberam-se que o dinheiro não é infinito e por isso deve ser aplicado nas melhores oportunidades. Por definição um investimento é bom, quando o nível de risco e o nível de retorno estão equilibrados. Para isso, estes dois elementos deverão ser mensuráveis (claramente o que não sucedeu com o sub-prime). A grande maioria dos projectos de energias renováveis é financiada através de um tipo de crédito denominado por *Project-finance*. Este é um género de financiamento onde o projecto a ser financiado serve ele próprio como garantia ao banco pelo empréstimo realizado. Esta definição parece ser um pouco antagónica com o princípio exposto. Mas a realidade é que devido a esta situação, este tipo de financiamento está sujeito a regras muito estritas no que diz respeito à análise e concessão de crédito, o que leva as instituições financeiras a ter um profundo conhecimento da relação risco/rentabilidade do mesmo. Por outro lado, este tipo de projectos está, na sua maioria, associado a uma tarifa fixa e com obrigação de compra da totalidade da energia produzida garantida pelos estados. Este conjunto de argumentos leva a que

ACGE

Ranking ACGE 2007:

> 50%

Empresa	%
1 Sonae Sierra	86,7%
2 Chamartín Imobiliária	83,3%
2 CTT	83,3%
4 EDP Produção	80,0%
5 CEPSA	78,6%
6 BES	76,7%
6 Vodafone	76,7%
8 Carris	73,3%
9 CIMPOR	67,9%
10 TAP Transporte Aéreo	66,7%
12 GALP	64,3%
13 TMN	63,3%
14 PortucelSoporcel	60,7%
15 Caixa Geral de Depósitos	60,0%
15 Modelo Continente	60,0%
17 AXA Seguros	53,3%
17 Millennium bcp	53,3%
17 Somague Engenharia	53,3%

Participação Voluntária	%
10 Delta	66,7%
20 Banif - Grupo Financeiro	50,0%
20 Santander Totta	50,0%

+ O sector Imobiliário destacou-se alcançando a primeira e a segunda posições no Ranking com as empresas **Sonae Sierra** e **Chamartín**, respectivamente.

+ O CTT conseguem também o segundo lugar.

+ Segue-se a **EDP Produção**, **CEPSA**, **BES**, **Vodafone**, **Carris**, **CIMPOR**, **Delta** e **TAP**, todos no Top 10.

Para mais informações sobre o ACGE visitar

www.responsabilidadeclimatica.net

os projectos de energia renovável possam ser mais apetecíveis aos recursos limitados das instituições de crédito.

Contudo, a crise financeira, devido à sua magnitude levou-nos à crise económica, podendo-se observar já uma desaceleração da actividade económica em muitos países. Esta desaceleração da actividade económica está evidentemente associada a uma quebra na procura energética o que nos coloca em duas situações antagónicas. Por um lado os estados sentem menos pressão para cumprir metas de energia limpa mas por outro existe uma quebra natural dos preços das matérias-primas o que leva a que os investimentos necessários sejam reduzidos. Este binómio pode-se resolver se os países perceberem que isto é uma corrida de resistência e que existe uma limitação temporal na realidade energética actual. Um ciclo económico é exactamente isso, um ciclo, e por definição um ciclo é centrado numa média. Está provado que é muito difícil, senão impossível inverter ciclos económicos com medidas de curto prazo. Se bem que, principalmente nestes dois anos que se seguem, pode existir uma pressão forte para o abrandamento do investimento neste tipo de tecnologia, é por demais evidente que a tendência natural do sector é de crescimento, acompanhando a

tendência natural da economia a longo prazo, e por consequência, a procura energética mundial. Mas porque não aproveitar os preços de saldo do petróleo, mantendo em stand-by as energias renováveis? Este é talvez o maior obstáculo a ultrapassar e provavelmente o único que não tem uma solução a curto prazo que não seja absolutamente política. Evidentemente que nenhuma tecnologia conseguiu até hoje substituir a energia produzida através de combustíveis fósseis. Não é só uma questão de preço, mas é também uma questão de preço. Quando o petróleo se encontrava a 150 dólares o custo marginal de produzir um MWh custava três vezes mais do que custa hoje. Este factor fez com que algumas tecnologias de produção de energia através de fontes renováveis se aproximasse do custo de produção através de energia fóssil o que levou à tomada de medidas extraordinárias dos países para subir as cotas de produção de energia renovável. Esta pressão é hoje inferior e torna-se difícil argumentar quando a factura energética limpa custa de 3 a 10 vezes mais. Contudo, creio que o grande argumento em prol do dilema fóssil-renovável tem sido omitido das discussões políticas. Quando compramos uma central de produção de energia na verdade estamos a trocar um valor monetário, hoje (investimento), por uma série de valores monetários no futuro (retorno). Isto faz com que a nossa visão deste problema seja um pouco menos redutora. Quando alargamos o nosso horizonte de análise aos 30 ou 40 anos de vida dos projectos em causa, existem só duas variáveis que não são comuns aos dois tipos de investimento: quantidade e custo de energia produzida. No entanto, a variabilidade do primeiro factor é na grande maioria das tecnologias renováveis bastante previsível, logo mensurável (no fóssil é quase exacto), já o segundo factor é onde existem

A Ecoprogresso é uma empresa:



Para mais informações contacte:

Maria João Ramos | Departamento de Comunicação
mramos@ecoprogresso.pt
T +351 217 981 210

duas linhas que divergem.

Enquanto em todas as energias renováveis o recurso é e será sempre grátis (até que alguém se lembre de tributar a energia solar que recebemos), nos combustíveis fósseis o preço é no mínimo uma caixa negra com dimensão desconhecida. O que nos leva à questão inicial. Sabemos em ambos os casos qual o investimento mas é muito mais difícil medir qual o retorno a longo prazo da energia produzida através de fontes fósseis. Evidentemente que esta é uma questão muito delicada uma vez que estamos a lidar com variáveis que são especulativas (preço de matérias primas) e principalmente matérias-primas que são em grande medida o motor da economia mundial actual e que são controladas pelas maiores empresas e que empregam dezenas de milhões de pessoas.

A energia renovável é uma das soluções para substituir a dependência energética dos combustíveis fósseis. A longo prazo não faz sentido pensar de outra forma. Estes dois anos serão anos de provação, mas acredito que as instituições bancárias, os governos e os investidores vão-se aperceber que a energia será o motor da economia nos próximos 40 anos uma vez que a realidade energética actual é insustentável, havendo a necessidade física de realizar uma transição para energia limpa, o que leva a que a insistência neste tipo de mercado seja e continue a ser rentável. A solução transitória poderá passar por aproveitar a redução do preço dos equipamentos e matérias-primas para realizar projectos que se encontram em *pipeline* mas principalmente aproveitar estes tempos de crise para realizar trabalho de bastidor, como prospecção de novos locais de implementação de projectos, criação de novas tecnologias e incremento de eficiência das tecnologias actuais. Quem não fizer isto poderá não conseguir aproveitar a oportunidade que será proporcionada pela mais que provável demanda energética que se prevê para o pós 2010.

Luis Costa

lcosta@ecoprogresso.pt

Director



Para Trading de Licenças contacte:

Francisco Rosado | Director de Trading
frosado@ecoprogresso.pt
T +351 217 981 212